

## O QUE DIZEM E O QUE PROPÕEM

## ESPECIALISTAS

**“**O plano B seria aquele que não penalizasse novamente os servidores do Estado, nem os trabalhadores. Discutir um “sacrifício comum” é uma velha prática de governos ineficientes que não encontram saída a não ser com enxugamentos, privatizações e penalização dos contribuintes. Os gaúchos já viram isso em outros governos e nada melhorou. Fechamento de Fundações e companhias e vender empresas que dão o mínimo de despesas e que são essenciais para o desenvolvimento do Estado é falta de estratégia, desespero, incompetência e retrocesso. **Cobrar a dívida ativa e combater a sonegação seria o primeiro passo para tirar o Estado da crise.** Este é o velho modelo neoliberal que vê o Estado como grande empecilho para o desenvolvimento. Não é por nada que o governador citou literalmente a grande líder do modelo neoliberal dos anos 90: Margaret Thatcher, um modelo um tanto retrógrado que não deu certo em nenhum lugar do mundo. É sofrível ver um governo que se apresentou como aquele que resolveria os problemas do Estado não ter nenhum projeto novo e fazer o “mais do mesmo.”

**Dejalma Cremonese, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSM**

**“**Em relação às medidas, entendo que é como na nossa casa: se antes tínhamos um salário mais alto, podíamos ter gastos mais elevados. Num quadro em que nossos rendimentos caem, as despesas devem ser reduzidas, caso contrário não teremos como honrá-las. Um dos princípios da administração pública, o da eficiência, traduz as ações adotadas no corte de secretarias e CC's. Julgo serem adequadas ao momento em que vivemos e uma das poucas soluções possíveis. **Cortes nas Secretarias e CC's e venda de ativos (empresas públicas não ligadas a funções típicas de Estado) devem trazer alívio financeiro e liquidez às contas públicas do Estado.** Sobre o fato de atingirem mais o Executivo, decorre de um conceito de autonomia entre os poderes. Normalmente, os poderes Legislativo e Judiciário possuem orçamentos nos quais o Executivo não pode alterar por sua vontade. **Sobre as demissões decorrentes das medidas do ajuste no âmbito do funcionalismo do Estado, são reflexos do que acontece nas empresas privadas no atual momento econômico.** Precisamos ter o entendimento de que empresas saudáveis e fortes geram riquezas e, consequentemente, arrecadação para financiar o Estado.”

**Jean-Pier de Vasconcellos Esquia, administrador com MBA em Finanças, Políticas Públicas e Investimentos Estratégicos pela Chicago University**

**“**“É preciso fazer cortes para que o Estado volte a gastar na medida em que se arrecada, pois por muito tempo se gastou mais que a arrecadação. Outra medida é aumentar a fiscalização, para reduzir a sonegação e aumentar a percepção de fator de risco, que é algo indireto, para que o sonegador fique com receio de agir. O Estado nomeou 91 novos auditores, que vão ajudar a reduzir a sonegação. **E outra medida**

que poderia ser feita é rever isenções fiscais e subsídios. Isso ainda não foi proposto, mas já está sendo estudado.”

**Edson Boer Dri, delegado da Receita Estadual de Santa Maria, que abrange 52 cidades**

**“**A meu ver existe um plano B. Não é cortando fundações, demitindo mil ou duas mil pessoas que a realidade financeira do Estado vai se regularizar. O esforço é necessário, mas as propostas me parecem seletivas e não abrangentes. Não temos que discutir a culpa, mas propor soluções. E há vários caminhos: **rever as imunidades tributárias concedidas, principalmente a entidades sem fins lucrativos; rever a isenção fiscal de setores até então beneficiados, como setor avícola, vitivinícola, carnes, etc. Propor ferramentas que monitorem a sonegação fiscal**, ou seja, quais as empresas mais sonegadoras do Estado, quanto desta sonegação pode ser recuperada. **Apresentar um parcelamento das dívidas das empresas**, fornecendo parcelamentos de longo prazo e descontos de curto prazo para a regularização imediata. **Desburocratizar a regularização das empresas atuais e a vinda de novas empresas**, priorizar as intensivas em tecnologia, as mesmas poderiam se instalar em áreas de universidades particulares. Ou seja, **parceira entre universidade-empresa. Medidas que fortaleçam o agronegócio**, sendo este o único setor superavitário da economia gaúcha, mas fazer com que este setor gere renda, ou seja, transferência do dinheiro do campo para a cidade. **Abrir linha de financiamento via BRDE, Caixa-RS, até mesmo Banrisul, para empresas** que gerarem 'x' empregos e tiverem seus impostos pagos em dia.”

**Mateus Sangui Frozza, coordenador do curso de Ciências Econômicas da Unifra**

**“**Não é uma questão de planos A ou B, mas este é o plano que o governo “quer” aprovar. A crise aguda existe (nas finanças), porém estas medidas não são a solução para elas, mas, sim, a saída política que melhor assegura vantagens às forças que estão no governo. Este governo penalizou mais severamente o Executivo, pois sabe muito bem o custo político de se indispor com o Judiciário e com o Legislativo. É óbvio que há projeto: um projeto de governo articulado com setores conservadores de economia dependente do setor privado, cujo foco é o público a serviço do privado e não seu oposto. **Um verdadeiro “Plano A”, neste sentido, seria adotar mais severidade no combate à sonegação sobretudo das grandes empresas, empreiteiras, transportes, que trariam mais receita. Rever benefícios fiscais a empresas estrangeiras; rever salários e benefícios do Judiciário e do Legislativo; rever a estrutura da dívida pública com o governo federal**, que gasta perto da metade do que arrecada com pagamento a bancos e financiadoras privadas. Enfim, o pacote é uma crueldade para quem levanta pela manhã e vai trabalhar; mas não para rentistas, grandes especuladores, e aqueles que se locupletam com o trabalho alheio.”

**Guilherme Howes, cientista político e professor de Teoria Social da Unipampa**



SEGUE